



6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

Relatório da reunião do Grupo de Trabalho sobre as pescarias tradicionais Quinta-feira, 29 de abril – Videoconferência

O relatório da reunião anterior e a respetiva ordem de trabalhos, foram validados pelo conjunto dos membros.

O presidente do grupo: Nicolas Fernandez Munoz agradeceu a participação dos membros e dos representantes da Comissão Europeia, apesar de a mesma não permanecer representada durante a totalidade da reunião.

1. Grupo Ad-Hoc Covid-19

O grupo Covid-19 está a trabalhar num projeto de parecer, que será apresentado no próximo Comité Executivo. O documento (disponível no website do CC Sul e apresentado aos membros durante a reunião) foi preparado a partir das respostas recebidas a um questionário transmitido a todos os membros do CC Sul. No entanto, Nicolas Fernandez Munoz, lamenta a fraca participação. Este primeiro projeto de parecer abordará questões urgentes, abrindo o debate para um trabalho a longo prazo, com vista a beneficiar das oportunidades que se apresentem, tendo em conta o conjunto de sensibilidades representadas no CC Sul. Assim, será indispensável que a participação dos nossos membros seja mais substancial, para que os documentos propostos fiquem completos.

Raul Garcia (WWF), comentou que são vários os fundos atualmente disponíveis, não sendo necessário aguardar para participar nos debates. Raul Garcia perguntou depois quais seriam as próximas etapas de trabalho para este grupo.

Nicolas Fernandez Munoz indicou que o projeto de parecer seria novamente transmitido aos membros para que os mesmos pudessem propor modificações antes do Comité Executivo. O grupo continuará a trabalhar paralelamente em medidas a longo prazo e na utilização dos fundos disponíveis.

2. Águas de lastro e espécies invasivas

Guillaume Drillet (Consultor da OMI) realizou uma apresentação sobre o problema das espécies invasivas, transportadas pelas águas de lastro. A sua apresentação está disponível no website do CC Sul.

Guillaume Drillet lembrou rapidamente o histórico de decisões internacionais tomadas sobre o tema, com vista a limitar os riscos. A convenção aplicável desde 2016 impõe, entre outros aspetos, a implementação de um sistema de tratamento das águas de lastro. O problema atual reside na amostragem e na realização de testes, para verificar se os sistemas implementados funcionam.



6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

Jérôme Jourdain (UAPF) comentou que estas disposições apenas diriam respeito a muito poucos navios de pesca franceses (apenas 9 atuneiros e 1 arrastão congelador), no entanto, este tema é muito importante, nomeadamente no que diz respeito à Diretiva-Quadro Estratégia Marinha e à importância do *shipping*.

Em resposta aos membros, Guillaume Drillet especificou os aspetos que se seguem.

- Se os navios respeitarem as obrigações impostas pela convenção e ainda assim transportarem espécies invasivas, as administrações nada podem fazer. Por outro lado, se as obrigações não forem respeitadas, pode ser aplicada uma sanção. Tal requer um sistema de vigilância considerável.
- Atualmente, as inspeções consistem em verificar os certificados, sendo que se a documentação estiver em conformidade com as normas, o mesmo acontece com o navio. Segundo Guillaume Drillet, seria muito importante realizar testes nos lastros.
- É impossível determinar a posteriori que navio transportou uma espécie para um porto.

Nicolas Fernandez Munoz agradeceu a Guillaume Drillet a sua apresentação e propôs comunicar à Comissão Europeia a importância dos testes e da amostragem, com vista a garantir o respeito pelos protocolos obrigatórios.

3. Modernização dos navios

Jérôme Jourdain (UAPF) apresentou o estudo *Jauge skil faut* (disponível no website do CC Sul). Este estudo baseia-se na análise regulamentar das necessidades de capacidade de pesca e na identificação dos pontos da regulamentação com impacto sobre o cálculo da arqueação, comparando as versões mais antigas dos textos com as mais recentes, para avaliar se a evolução regulamentar teve impacto nos navios-tipo representantes do conjunto da frota francesa. Constatou-se que as influências mais notórias se verificaram nos navios com menos de 12 m e mais de 25 m. No entanto, os impactos continuam a ser limitados, não são as evoluções regulamentares obrigatórias que constituem as principais causas das dificuldades atuais e estes resultados demonstram que não é útil solicitar atribuições de arqueação suplementar caso a caso. A necessidade de arqueação, solicitada pelos armadores, tem outra origem, sendo que o estudo não tem em conta as regulamentações futuras, não quantifica as necessidades que resultariam de uma modificação da arquitetura dos navios, no caso de adaptação tecnológica, que implicasse, por exemplo, um volume de armazenamento suplementar. Além disso, não tem em conta uma melhor rentabilidade do navio e um conforto superior. Elementos que implicariam o aumento da arqueação do navio. Para alterar o referencial, é necessário encontrar um novo volume comum, sendo que tal coloca a questão do regresso à segmentação fina das frotas. Jérôme Jourdain concluiu com o exemplo da Noruega, cujo sistema de arqueação não está ligado à capacidade de pesca, o que lhe permite construir navios de pesca a GPL. Estes avanços tecnológicos respondem aos atuais desafios ambientais e sociais.



6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

Gerald Husenot (Blue Fish) lembrou que estão em curso negociações na OMC, para alcançar um acordo internacional sobre a utilização de subsídios para a pesca: se existir total acordo para eliminar a pesca INN, o perigo de cessação geral dos subsídios para a pesca e impedir subsídios para a segurança e o conforto a bordo. Contudo, Gérald Husenot não tem mais informações relativas ao avanço dos debates.

Serge Larzabal (CNPMEM) não se surpreendeu com o facto de as limitações de capacidades terem um maior impacto nos navios mais pequenos, sendo estes também os mais antigos. Por outro lado, Manu Kelberine (CRPMEM Bretagne) ficou surpreso. Porém, essa não é a questão a reter, segundo Pascal Lemesle (Arquiteto Naval) todos os navios são visados, todos os navios carecem de arqueação. Segundo o mesmo, é importante encetar um debate sobre estas questões, realizando discussões objetivas. Serge Larzabal questionou a necessidade de um tal sistema de limitação das capacidades, ao passo que os TAC e as quotas já permitem limitar as capturas. Importa constatar que este sistema funciona.

Pascal Lemesle (Arquiteto naval) comentou que as tecnologias evoluíram de tal forma que é admirável que os pescadores continuem a explorar navios sem terem em conta estes avanços. A tecnologia permite agora a utilização de GPL e hidrogénio, promovendo assim a eliminação do gasóleo, o que seria formidável. No entanto, estas novas tecnologias implicam adaptar os navios, sendo que atualmente o gasóleo é armazenado no porão, ao contrário do GPL ou do hidrogénio, e isso traduz-se numa ocupação de volume superior e em locais acessíveis, ou seja, locais que agora se destinam ao repouso, conforto ou trabalho.

Pascal Lemesle citou o exemplo de um navio de pesca com rede, em que o espaço ocupado pelo gasóleo é de 2,5 m³, ao passo que seriam necessários 7 m³ para o hidrogénio correspondente a 36 horas de autonomia em vez de uma semana. A hibridação dos navios poderia ser interessante: utilizar motores elétricos para velocidades lentas. No entanto, tal representa um peso suplementar, um volume consequente e uma eletrónica considerável. Tudo isto em zonas acessíveis.

Juan Manuel Trujillo (ETF) agradeceu as apresentações e insistiu na necessidade de avançar relativamente ao tema com as ONG.

Para Miren Garmendia (OPEGUI), a regulamentação deve ser desenvolvida em paralelo com medidas de gestão para acompanhar a tecnologia e as necessidades da sociedade. A lei não deve condenar este setor. É preciso monitorizar os navios, para uma melhor rentabilidade e uma melhor qualidade dos produtos.

Javier Lopez (OCEANA) indicou que as ONG se preocupam com a possibilidade de atribuir fundos que implicariam um aumento da capacidade. Por outro lado, incluem a necessidade de espaço para novos equipamentos, conforto e segurança. As ONG estão



6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

abertas ao debate, no entanto, seria necessário convidar peritos do CCTEP ou do CIEM, para esclarecer os debates.

Nicolas Fernandez Munoz (Presidente do grupo) propõe a criação de um grupo Ad-Hoc subordinado ao tema.

Serge Larzabal (CNP MEM) congratula-se pelo facto de as ONG estarem abertas ao diálogo, no entanto, salienta que importa colocar as questões adequadas. Segundo o mesmo, não existem problemas de pesca INN na frota comunitária, sendo que aqui falamos apenas dessa frota. Muitos setores funcionam com o apoio de subsídios, esta não é uma originalidade da pesca. Por fim, Serge Larzabal indicou que para fornecer informações técnicas, um arquiteto naval está mais habilitado do que o CCTEP.

Segundo Jérôme Jourdain (UAPF), a falta de conhecimentos técnicos não deve impedir o trabalho. Pretende que o CC trabalhe em conjunto sobre estas questões para que as suas posições evoluam, tendo sido hoje apresentadas referências, e caso sejam necessários mais elementos, estes poderão ser apresentados.

Posição que Juan Manuel Trujillo (ETF) complementou, confirmando que o objetivo não é aumentar a pesca INN e que é necessário financiar a transição energética e encontrar um equilíbrio.

Raul Garcia (WWF) realçou a legitimidade do debate. O aspeto social também é muito importante para as ONG, sendo um dos pilares do desenvolvimento sustentável. No entanto, não se pode esquecer que os TAC não abrangem todas as espécies no Mediterrâneo, por exemplo, assim como várias populações que não são avaliadas.

Este debate é muito interessante, destacando a importância de respeitar o conjunto de necessidades e objetivos.

Santiago Folgar (AVOCANO) destacou que os profissionais desejam conservar o ecossistema, nomeadamente para prosseguir com o respetivo trabalho.

Raymond Maes (DG MARE) concluiu este ponto agradecendo ao CC Sul o debate e as informações transmitidas.

Importa observar com maior precisão o que é possível fazer no panorama atual, uma vez que os limites existem, mas num determinado número de Estados-Membros não são alcançados: existe portanto uma margem de manobra ao nível nacional. Cabe às autoridades nacionais gerir esta reserva.

O novo fundo para a pesca vai incluir uma disposição que concederá, mediante determinadas condições (segurança, transição energética), um apoio financeiro para o aumento da capacidade.

Em 2022, será publicado um relatório sobre o funcionamento da PCP, do qual fará parte a política de capacidade, conseqüentemente, qualquer contribuição a respeito do tema será bem-vinda.



6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

4. Pesca lúdica

Os representantes dos Estados-Membros presentes foram convidados a apresentar os regulamentos em vigor nos respetivos países.

Mafalda Rangel (Administração portuguesa) indicou que em Portugal estava em vigor um sistema de licença com diferentes modalidades (períodos, pesca embarcada ou não, etc.: <https://www.dgrm.mm.gov.pt/pesca-ludica>) e as medidas inerentes a tamanhos mínimos ou períodos de paragem são efetuadas por decreto.

Léa Pertel (Administração francesa) informou os membros que a pesca lúdica ao nível francês é definida no código rural e da pesca, artigo R921-83, como todas as pescas não comerciais embarcadas ou não. O peixe capturado apenas pode ser consumido pelo pescador e/ou a sua família. Isso inclui também a prática de pesca/devolução (no-kill). A pesca lúdica distingue-se da pesca desportiva pelo facto de que para praticar a pesca desportiva é preciso ser membro de uma associação, ao contrário da pesca lúdica (sem licença).

São aplicáveis diferentes regulamentos à pesca lúdica: do nível europeu ao nível local. Léa Pertel destacou três decretos nacionais importantes:

Em 2011: a marcação de todas as capturas passou a ser obrigatória

Em 2014: se o TAC para a pesca profissional for 0, a pesca lúdica é igualmente interdita

Em 2012: é definido um peso mínimo para mais de 45 espécies de peixes

Por fim, Léa Pertel concluiu indicando que a pesca lúdica é uma atividade importante para numerosos territórios franceses, sendo que França procura atualmente melhorar os conhecimentos quanto ao seu impacto sobre o recurso. Para tal, está em curso a validação de um programa destinado a permitir a criação de um software de recolha de dados.

José Antonio Beiro (Federación Gallega de Pesca Marítima Responsable) e Pablo Pita (Universidade de Santiago) indicaram que o sistema de licença espanhol não está ajustado, existindo numerosos problemas de harmonização entre as diferentes regiões. É necessário melhorá-lo, pelo que foi implementado um grupo de trabalho.

Aurelio Bilbao informou os membros do novo decreto real sobre a pesca lúdica, sendo que os membros espanhóis deverão examiná-lo.

5. Questões diversas

Raul Garcia (WWF) levantou a questão de como são aplicados os regulamentos das pescas entre a Europa e Marrocos (pesca INN, acordo de partilha, redes de deriva). Aparentemente, existem incumprimentos, sendo que Marrocos é o 1º país exportador de peixe para a Europa. A Comissão demonstra falta de transparência sobre este tema. Uma vez que é um tema importante, debatido por outros CC, seria interessante colaborar na realização de uma carta conjunta com vista a encetar um diálogo com a Comissão.



6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

Javier Lopez (OCEANA) e Santiago Folgar (AVOCANO) pronunciaram-se a favor dessa carta.

BALANÇO:

- **O grupo de trabalho sobre a COVID irá propor um parecer ao próximo Comité Executivo.**
- **Devem seguir-se debates sobre a modernização dos navios.**